

Os ácertos externos

O Brasil estará enfrentando um período de tensões máximas até o próximo dia 31, quando se encerrará o prazo das linhas de crédito de curto prazo que, no exterior, garantem as transações interbancárias e financiam as nossas trocas internacionais. São perto de US\$ 15 bilhões que dão lastro às contas bancárias e ao comércio exterior e que representam cerca de US\$ 500 milhões de juros. Os banqueiros querem ver a cor do dinheiro, cuja transferência foi sustada com a declaração da moratória, em fevereiro último, numa decisão tornada pública pelo presidente Sarney, ante a impossibilidade de mobilizar as divisas necessárias para saldar esse compromisso.

Estamos, por isso mesmo, diante de um momento crítico. O Brasil deve aliar a prudência com a firmeza, ratificando as razões de Estado que indicaram os caminhos da suspensão de todos os pagamentos. Tanto os de curto prazo — incluindo o serviço da dívida — quanto os mais dilatados. Mais para a frente, ou seja em 16 de abril, os saques serão bem maiores, desde que se referem ao pagamento do principal somando cerca de US\$ 9,5 bilhões. A esse montante devem ser acrescidos os parciais de amortização do primeiro semestre de 1987.

A posição brasileira, como se vê, é extremamente desconfortável pela razão elementar de que não dispomos de recursos suficientes para fazer frente a compromissos tão avultados. Nesse sentido, a reação das nossas autoridades é de rejeição para qualquer exigência que não esteja dentro de um contexto negociado, onde o País continue a manter viáveis as suas legítimas ambições de prosperar, libertando-se das peias da recessão.

O presidente do Banco Central está nos Estados Unidos, onde enfrenta o mau humor disfarçado dos banqueiros americanos, com

o Citybank liderando uma linha de hostilidade ao nosso País. O cerco se faz de forma implacável, sobretudo a partir da exigência de um plano de recuperação econômica de curto prazo, contendo medidas que projetem, em seus resultados, valores positivos que possam ser confrontados com os passivos decorrentes da declaração de nossa moratória.

O que se espera, necessariamente, é a elaboração de uma ação ordenada por parte do Governo da Nova República para servir de base ao conjunto dos entendimentos que deverão ocorrer, tendo em vista os créditos de curta duração, que vencem automaticamente no final do mês, mais o serviço da dívida e o seu imenso compromisso de parcelamento do principal.

Esse é o quadro de emergência que se apresenta para o País, numa luta aberta além fronteiras, de cujo resultado podem se projetar situações críticas para a nossa economia. Tanto para o comércio internacional quanto para as consequências internas. Afinal, o País é um dos grandes parceiros do comércio mundial, com registros expressivos, quer nas compras quer nas vendas. Somos uma Nação que ocupa a oitava posição entre as economias mais fortes do mundo ocidental, com um Produto Interno Bruto de 265 bilhões de dólares, contabilizado em 1986.

Em termos de América Latina, quem vem logo a seguir do Brasil é o México, com um PIB de US\$ 168 bilhões, relativo a 1982, por coincidência o ano em que esse país declarou-se em moratória, cujo resultado final ensejou uma das maiores operações de ajuda externa de que se tem notícia, em tempos de paz. Naquela oportunidade, o Fundo Monetário Internacional, com o apoio direto e ostensivo do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, agenciou um conjunto de negociações que se concluíram bem dentro da conhecida

frase de um revolucionário mexicano, que vazou as grandes angústias dos problemas de seu país, ao afirmar: "Pobre México, tão longe de Deus e tão próximo dos Estados Unidos".

Apesar do monitoramento do FMI, das exigências espartanas nas aplicações desenvolvimentistas e da impostura recessiva aos programas de ajuste econômico, a terra de Pancho Vila, quatro anos mais tarde, agora em 1987, estaria em situação idêntica em termos de incapacidade financeira para saldar seus compromissos e com uma diferença cruel para os mexicanos: muito mais empobrecido e com uma imensa dívida social, também em regime faliamentar por falta de meios para resgatá-la.

Por outro lado, os nossos irmãos argentinos, com um endividamento de US\$ 51 bilhões e um PIB que não alcança US\$ 60 bilhões estão em melhor situação do que o Brasil. Superaram o desastre bélico das Malvinas e com redobrados sacrifícios ingressaram no vôo cego do Plano Austral e continuam navegando num projeto de incertezas, com o cerco da inflação a tornar cada vez mais problemático o seu programa de reajuste econômico. Ainda assim, estão recebendo apoio do FMI e da comunidade bancária internacional e seguem, sob chuvas e trovoadas, como bons convivas, integrando o Clube dos Devedores, limitados nos direitos de saque sobre o seu próprio futuro.

Quanto ao Brasil, em que pese o seu PIB de US\$ 265 bilhões e sua balança comercial girando ao redor de US\$ 25 bilhões anuais, permanece incompreensivelmente submetido a uma dieta de credibilidade, punido pelo passo adiante que ousou exercitar em busca da prosperidade e livre das amarras do desemprego, da recessão e da rota autônoma que elegeu para o seu povo.